

PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS  
NA REALIDADE LATINO-AMERICANA E BRASILEIRA  
*PROSPECTS FOR HUMAN RIGHTS EDUCATION  
IN LATIN AMERICAN AND BRAZILIAN REALITIES*

Celma Tavares\*

**Resumo:** A educação em direitos humanos tem como principal finalidade possibilitar uma mudança de mentalidade e de postura social para a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos. Por isso, sua adoção como política pública é essencial à democracia e ao Estado de Direito. Apesar de ser uma prática recente na conjuntura latino-americana e na brasileira, seu âmbito de atuação tem possibilitado importantes experiências nos espaços formais e não formais, estando legitimada por um arcabouço legal que nos permite ter uma visão macro da sua relevância e do sentido que possui. No contexto latino americano a situação vai avançando a partir dos esforços dos países em consolidar um direito previsto no sistema interamericano através do Protocolo de São Salvador. O Brasil igualmente deu passos importantes para o desenvolvimento dessa área, destacando-se o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Considerando essa realidade, o objetivo do presente artigo é, por um lado, refletir sobre os avanços e as perspectivas que se apresentam e, por outro, analisar as tensões geradas com a realização da educação em direitos humanos no contexto da região.

**Palavras-chave:** democracia; Políticas públicas.

**Abstract:** *The main purpose of the education in Human Rights is to allow a change in mentality and social attitude to build a culture of respect for the Human Rights. Therefore, its adoption as a public policy is essential to democracy and the Rule of Law. Although it is a recent practice in the conjuncture in Latin America and Brazil, its scope of action has enabled significant experiences in the formal and non-formal areas, legitimated by a legal framework which allows us to have a macro view of its relevance and the meaning it has. In the Latin-America context the situation improving due to the efforts of its countries to consolidate a right officially mentioned in the inter-American system through the Protocol of San Salvador. Brazil has also taken important steps to further develop this area. Great examples are the National Plan for Human Rights Education and the National Guidelines for Human Rights Education. Under this reality, the purpose of this article is, on one hand, to reflect on the advances and perspectives that are presented and, on the other hand, to examine the tensions generated by the development of education in Human Rights in the region.*

**Keywords:** *Human rights education; Democracy; Public policy.*

## Introdução

Educar em direitos humanos além de um compromisso assumido em documentos internacionais, como o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos e o Pacto Interamericano pela Educação em Direitos Humanos, deve ser uma das prioridades dos governos democráticos. Sua finalidade é a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos, e, por isso mesmo, sua adoção como política pública é essencial à democracia e ao Estado de Direito.<sup>1</sup>

\* Doutora pela Universidade de Salamanca, Espanha – Programa Pasado y Presente de los Derechos Humanos. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania da Universidade Federal de Pernambuco e bolsista da Fundação de Amparo à Ciência e a Tecnologia do Estado de Pernambuco, com projeto de pesquisa sobre educação em direitos humanos nas escolas públicas. Membro do Grupo de Investigação sobre Direitos Humanos no Brasil da Universidade de Salamanca. Autora de artigos sobre gênero, educação em direitos humanos e comunicação.

<sup>1</sup> A democracia funda-se nos princípios de liberdade e igualdade e nos ideais de tolerância, de não violência e de irmandade (BOBBIO, 1985). Por isso, é o regime que dispõe das melhores condições para o exercício da cidadania e do respeito aos direitos humanos. É também onde o Estado de Direito e o funcionamento das instituições do Estado podem chegar a encontrar seu equilíbrio.

Uma análise, ainda que breve, do arcabouço legal que legitima a educação em direitos humanos (EDH) em sistemas como o da Organização das Nações Unidas (ONU) ou da Organização dos Estados Americanos (OEA), assim como nos documentos brasileiros, nos permite ter uma visão da sua relevância e do sentido que possui.

Seu âmbito de atuação, apesar de ser uma prática recente, tem possibilitado importantes experiências nos espaços formais e não formais, estando respaldado por um relevante contexto sociopolítico e um arcabouço normativo específico. No caso do ensino formal, o trabalho vem se ampliando tanto na Educação Básica quanto na Educação Superior. Entretanto, sua inserção nesses espaços não está isenta de tensões e desafios.

Refletir sobre a situação da educação em direitos humanos na região, bem como sobre as tensões, desafios e perspectivas existentes para este campo é o objetivo do presente artigo, que centrará a discussão no âmbito do ensino formal considerando que a partir da década de 1990 a EDH foi ganhando força nesta esfera. A estrutura do texto parte da construção conceitual e normativa da EDH para em seguida situar o espaço conquistado nas últimas décadas, de forma a desenhar um panorama mais geral dessas questões. Isso permitirá uma melhor compreensão sobre as tensões geradas no seu desenvolvimento, assim como sobre as perspectivas existentes para esta área.

### **A construção conceitual e normativa da EDH**

Historicamente a educação em direitos humanos no Brasil, tanto na teoria como na sua práxis, é muito recente. A partir da última transição política, na segunda metade dos anos de 1980, foi quando começou a tomar forma mais sistemática este tipo de educação. (SILVA; TAVARES, 2010).

Esta realidade foi semelhante à latino-americana. Conforme análise de Magendzo (1999, p. 4), a EDH se fez presente na América Latina nos anos 1980, quando se converteu em um pilar fundamental nos processos de redemocratização. Nessa época as organizações não governamentais (ONGs) foram os principais atores. Na década de 1990, ainda segundo o mesmo autor, houve mudanças significativas: a) maior interesse e protagonismo do Estado nessa área; b) importante avanço na quantidade e qualidade de materiais educativos; c) a EDH foi ganhando terreno na educação formal e a formação dos/as docentes foi reforçada; d) realizaram-se relevantes ações de EDH no âmbito universitário, com uma série de atividades no campo da difusão e investigação, e criaram-se institutos especializados.

Em relação a essa conjuntura, Beltrán Gaos (2006, p. 8) opina que:

[...] o trabalho realizado nos anos 80 e 90 deixaram como herança para o novo milênio a necessidade de converter a EDH em uma autêntica política de Estado, assim como de introduzi-la na formação inicial dos professores como parte integral das políticas de melhoria da qualidade da educação<sup>2</sup>.

Isso é indicativo do grande desafio que permeia a EDH. Por um lado, desde a esfera normativa, vários documentos internacionais, interamericanos e nacionais respaldam sua importância e tratam sobre a necessidade de sua implementação. Por outro lado, as limitações existentes – que passam, entre outras questões, pela falta de institucionalização de sua prática, pela insuficiência de formação específica para profissionais na área e pela ausência de materiais didático-pedagógicos – dificultam sua inserção de forma mais ampla na sociedade.

---

<sup>2</sup> Todas as citações de textos em espanhol utilizadas neste artigo foram traduzidas pela autora.

Apesar disso, a comunidade internacional considera que o direito à EDH faz parte do direito à educação<sup>3</sup> e tem expressado de maneira contínua o consenso de que ela contribui decisivamente à realização dos demais direitos.<sup>4</sup>

No Brasil, neste mesmo período, destacaram-se algumas experiências, como cursos e seminários realizados nos Estados de Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná a partir de um núcleo acadêmico com profissionais que participaram de um curso de direitos humanos no Instituto Interamericano na Costa Rica. Também possui relevância o trabalho desenvolvido por organizações não governamentais e governamentais (CANDA, 2000).<sup>5</sup>

Todo o processo de organização da sociedade brasileira foi fundamental para a difusão e ampliação das práticas de EDH, a partir da segunda metade dos anos 1990, inserindo essa questão com mais ênfase na agenda e programas governamentais.

Foi neste momento quando se instituiu no país o Programa Nacional de Direitos Humanos, seguindo a recomendação da Conferência Mundial de Direitos Humanos; como também se estruturou a Secretaria de Direitos Humanos, que a partir de então impulsiona a maior parte das ações governamentais neste campo.

Ao mesmo tempo, a educação em direitos humanos vai ganhando relevância nos fóruns internacionais, como na citada Conferência Mundial da ONU. Para consolidar o espaço desta prática foi estabelecido o Decênio das Nações Unidas para a Educação na Esfera dos Direitos Humanos (1995-2004) e finalmente, em 2004, foi divulgado o Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos, também da ONU. No sistema interamericano se destacam o Protocolo de São Salvador (1988) e o Pacto Interamericano pela Educação em Direitos Humanos (2010).

Como consequência de todo este movimento no âmbito da comunidade internacional e no âmbito interno, em 2003, o Brasil criou o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, responsável pela elaboração do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) como documento específico da educação nesta área, que foi divulgado em sua última versão em 2006.<sup>6</sup>

O PNEDH, fundamentado nos Programas Nacionais de Direitos Humanos e no Programa Mundial da ONU, apresenta suas proposições de ação divididas em cinco áreas temáticas: educação básica; educação superior; educação não-formal; educação dos/as profissionais dos sistemas de justiça e segurança; educação e meios de comunicação.

Desse modo, foram definidos os princípios e as diretrizes para as ações governamentais nessa esfera, constituindo-se em um instrumento orientador das políticas educacionais dirigidas à promoção do respeito aos direitos humanos. Entre seus principais objetivos, estão

<sup>3</sup> Esse entendimento, segundo estudos do Instituto Interamericano de Direitos Humanos, respalda-se em documentos como a Declaração Universal e, mais recentemente, o Protocolo Adicional à Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos em matéria de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais (cf. INSTITUTO INTERAMERICANO DE DERECHOS HUMANOS, 2002, p. 6).

<sup>4</sup> No Encontro Interamericano de Ministros de Direitos Humanos, realizado em 2007, no Panamá, essa posição foi defendida. Os Ministros coincidiram "na importância da educação em direitos humanos, entendida como a possibilidade real de todas as pessoas de receber educação sistemática, ampla e de boa qualidade que lhes permita compreender seus direitos e as respectivas responsabilidades (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2007).

<sup>5</sup> Por exemplo, na Secretaria de Educação de São Paulo, sob a liderança de Paulo Freire, desenvolveu-se a experiência de articular educação e direitos humanos por meio da interdisciplinaridade. Na década de 1990, a ONG Novamérica criou o Programa Direitos Humanos, Educação e Cidadania, desenvolvendo atividades nos campos da educação formal e não formal, a partir da metodologia das oficinas pedagógicas. Enquanto a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, guiada pelo objetivo de apoiar e articular o trabalho de organizações nacionais de educação em direitos humanos, realizou seminários e congressos para aprofundar nas discussões e trocar experiências.

<sup>6</sup> Em 2003, com a criação, no âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, formado por especialistas da área, iniciou-se o processo de elaboração do PNEDH. Em dezembro do mesmo ano, lançou-se a primeira versão do Plano, para orientar a implementação de políticas, programas e ações comprometidas com a cultura de respeito e promoção dos direitos humanos. Entre 2004 e 2005, divulgou-se e debateu-se o PNEDH em encontros, seminários e fóruns, contando com a contribuição de representantes da sociedade civil e do governo para aprimorar o documento.

o de destacar o papel estratégico da EDH para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito e o de orientar políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos.

De acordo com o Plano a educação em direitos humanos é compreendida como

[...] um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direito articulando as dimensões de apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos; a afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos; a formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivos, sociais, éticos e políticos; o desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva; o fortalecimento de práticas individuais e sociais geradoras de ações e instrumentos a favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, assim como da reparação de suas violações. (BRASIL, 2006, p. 25).

No campo da educação formal uma das áreas que se destaca é o eixo da Educação Superior. Neste ponto o documento ressalta a importância do ensino, da pesquisa e da extensão para a realização da educação em direitos humanos no âmbito universitário e estabelece que esse tipo de educação deve constituir-se em princípio ético-político que norteie a formulação da prática das instituições públicas e particulares. Igualmente define que as atividades acadêmicas devem se voltar para a formação de uma cultura baseada na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, como tema transversal e transdisciplinar, estando presente em todos os cursos de graduação e pós-graduação.

O Plano orienta que no ensino a EDH seja incluída por meio de diferentes modalidades tais como, disciplinas obrigatórias e optativas, linhas de pesquisa e áreas de concentração, transversalização no projeto político-pedagógico, entre outras. Na pesquisa, ainda de acordo com o documento, se requer uma política de incentivo que institua esse tema como área de conhecimento de caráter interdisciplinar e transdisciplinar. Por fim, na extensão universitária é necessário inserir esse tema em programas e projetos de extensão que possam envolver atividades de capacitação, assessoria e realização de eventos, entre outras.

## O espaço conquistado pela EDH nas últimas décadas

Neste contexto, o Brasil é o país latino-americano que mais avançou na implementação da educação em direitos humanos. Não obstante, a situação da EDH também vai melhorando no conjunto de países da América Latina, com o objetivo de assegurar um direito previsto no sistema interamericano de proteção dos direitos humanos.

Magenzdo (2006, p. 12) ressalta que “apesar das muitas dificuldades a EDH foi ganhando terreno”, e “os direitos humanos foram incluídos legalmente no currículo de quase todos os países”. Segundo ele, isso foi resultado de um forte movimento que exerceu pressão sobre as reformas educacionais e curriculares.

Para acompanhar essa evolução, o Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH) passou a elaborar, desde 2002, relatórios periódicos sobre diversos aspectos relacionados com essa área com a finalidade de verificar a situação nos dezenove países latino-americanos que ratificaram o Protocolo de São Salvador.<sup>7</sup>

Com base nesses dados, análise de Rodino (2010) para os anos entre 1990 e 2000 identifica avanços normativos consideráveis em quase todos os países. Entretanto, em relação aos currículos e aos textos utilizados nas escolas, os conteúdos de direitos humanos eram

<sup>7</sup> O IIDH elaborou dez relatórios: o primeiro tratou sobre os aspectos normativos; o segundo sobre o currículo e os textos escolares; o terceiro sobre a formação de educadores e educadoras, o quarto, planejamento nacional; o quinto, os conteúdos e espaços curriculares para alunos e alunas de 10 a 14 anos; o sexto, sobre a EDH e os grêmios escolares; o sétimo, os conhecimentos específicos de direitos humanos nos programas de estudos de 10 a 14 anos; o oitavo sobre conhecimentos específicos de livros de texto de 10 a 14 anos; o nono sobre os exercícios presentes nos livros de texto de 10 a 14 anos; e o décimo sobre o desenvolvimento das políticas de convivência e segurança escolar com enfoque de direitos.

poucos, dispersos e desiguais. No âmbito da formação de educadores/as, a EDH na formação inicial era inexistente, enquanto na formação em serviço, variava segundo cada país, apesar de que era sempre mínima, irregular e de baixa cobertura. Com respeito ao planejamento educativo, os conteúdos também eram escassos e incompletos. Várias iniciativas começaram a ser desenvolvidas nesse decênio para melhorar a situação, mas a maioria não foi concluída. Nesse sentido, a investigação do IIDH aponta o Brasil com um resultado significativo e considera que existe uma grande atividade nesse campo no país.

Ainda de acordo com Rodino (2010), para o período de 2000 a 2010, continuou havendo importante expansão da presença da EDH nos documentos normativos em todos os países. Os conhecimentos básicos de direitos humanos nos currículos e nos textos passaram a estar presentes nos diversos níveis do sistema escolar. Contudo, identificaram-se sérias lacunas em relação à: a) profundidade do tratamento dos conteúdos, havendo mais a presença nominal ou simbólica de conceitos; b) incorporação da história dos direitos humanos, que tem sido insuficiente para a compreensão das lutas que conduziram ao sistema de direitos humanos; c) consideração de pessoas destacadas pelo trabalho na defesa dos direitos humanos; d) abordagem de situações contemporâneas de violações em massa de direitos humanos no mundo, na região e em cada país; e) prerrogativa do estudo das normas de direitos humanos em detrimento das instituições de proteção, abordando pouco sobre as do sistema internacional e nada sobre as do sistema interamericano.

Direcionando esse exame para a Educação Superior, Pini e Adriano (2011, p.22) indicam que as lacunas continuam existindo. Segundo as autoras “a abordagem dada aos direitos humanos e à educação em direitos humanos nos programas curriculares em universidades de dezoito países da América Latina é isolada no curso de Direito e em alguns das Ciências Humanas”.

Além disso, Ramírez (2004, p. 8, 12-13) aponta um importante fator que contribui a essa situação. De acordo com sua análise, o que costuma ocorrer é que esse é um campo em que se acata a normativa e a institucionalização, mas não se cumpre suas determinações. Por isso, a autora recorda que a fundamentação da EDH desde a perspectiva latino-americana e o debate sobre qual é o enfoque mais apropriado para a prática educativa que englobe a integralidade dessas diversas especializações, dimensões ou saberes, todavia está pendente.

No Brasil, apesar de ainda serem necessários vários passos para o cumprimento das diretrizes do PNEDH, é possível assinalar algumas mudanças. Uma delas é o estabelecimento da EDH como política a ser desenvolvida pelo Estado. Outra é a compreensão da educação como um direito em si mesmo e um meio imprescindível para o acesso a outros direitos, indicando a necessidade de que as instituições, especialmente as de educação, atuem com essa compreensão. Por fim, o estímulo à construção de uma cultura de direitos humanos, com políticas educacionais também orientadas nesse sentido.

Acrescentando informações a esse quadro, análise de Silva (2011, p. 6-8) sobre as cinco áreas temáticas do PNEDH indica o alcance dos desafios. De acordo com a autora na educação básica se observa a inserção dos conteúdos de direitos humanos nas escolas, ainda que na maioria dos Estados estes são trabalhados em forma de projetos e ações pontuais, sem estar articulados com o currículo. Os avanços no ensino superior se traduzem na oferta de disciplinas nos cursos de graduação e pós-graduação, na organização de uma rede de educadores em direitos humanos, na formação e elaboração de material didático específico em dezesseis Estados, na criação dos Comitês Estaduais de EDH com a participação das universidades. A educação não formal continua sendo, conforme sua apreciação, a principal área de realização das ações de defesa dos direitos humanos. No âmbito da educação dos profissionais do sistema de justiça e segurança houve a elaboração de um currículo que contempla os direitos humanos nos processos de formação, por parte da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Por fim, foi na esfera da educação e meios de comunicação, considerada uma das áreas mais complexas, onde pouco se avançou.

## As tensões geradas no desenvolvimento da EDH

Como resultado da evolução normativa e da ampliação de ações para esta área, a partir da década de 1990, como assinala Magendzo, a EDH foi ganhando força na esfera do ensino formal na América Latina. Nessa perspectiva, ela passou a ser vista como a opção mais adequada para avançar no reconhecimento e na vigência dos direitos humanos e da democracia, porque educar em valores, princípios e condutas consoantes com os direitos humanos possibilita transformar a realidade.

Esse caminho se justifica pela importância em incorporar a prática dos direitos humanos ao âmbito de uma educação sistemática. A escola, a universidade e cada um de seus agentes, portanto, não podem se eximir do seu papel formador de princípios e valores, que igualmente estão ligados aos direitos humanos. É no cotidiano de suas ações que se transmitem mais do que os conteúdos do currículo; se imprimem modelos e condutas.

Para isso, o ponto de partida fundamental é o currículo,<sup>8</sup> entendido como “uma questão de saber, identidade e poder” (SILVA, 2007, p. 147); e para que a EDH garanta seu espaço nessa disputa de poder, que é a construção do currículo, Magendzo (2006, p. 36) recomenda a análise do jogo de interesses, ideologias e visões de mundo diferentes que permeiam as decisões acerca do desenho curricular, considerando essa postura uma exigência ética.

Dessa forma, não se pode falar em currículo com uma visão simplista dos conteúdos oficiais nem dos seus métodos e técnicas de ensino (SOUZA, 2005). Especialmente porque é por meio do currículo que “se define o tipo de sociedade e de cidadão que se quer construir” (MENEZES; ARAÚJO, 2007, p. 34).

Assim, essa proposta curricular denota uma visão de currículo não linear, não individualizada, mas interdisciplinar, um currículo voltado para a inclusão de novos saberes, e exige um currículo contextualizado, pautado por novos princípios: a pluralidade; a multireferencialidade; a flexibilidade e a horizontalidade nos processos de aprendizagem (MENEZES; ARAÚJO, 2007).<sup>9</sup>

Logicamente, essa inserção da EDH no espaço formal – assim como nos demais espaços educativos – não está isenta de tensões e dificuldades.

Magendzo (2006, p. 18) identifica algumas delas no âmbito da América Latina:

- A tensão com o discurso oficial – por ser em essência crítica, questionadora e problematizadora a EDH entra em conflito com o discurso oficial.
- A ênfase na educação instrumental – em virtude das políticas econômicas pautadas em uma concepção hegemônica neoliberal, impõe-se o modelo educacional instrumental que coloca a educação a serviço da competitividade, não da formação cidadã.
- As carências estruturais – que se apresentam nas dificuldades práticas que existem nas escolas para trabalhar a temática dos direitos humanos, como carências teóricas e práticas dos/as docentes nesse tema.
- A polissemia de linguagens – que provoca o risco de diluir o sentido da EDH, gerando um problema de identidade na medida em que permite significados diversos.
- A amplitude reduzida – talvez pelo reduzido número de docentes e estudantes comprometidos com a EDH, exista a sensação de que ela fica restrita aos mesmos atores, o que gera o dilema entre seu aprofundamento e sua massificação.

<sup>8</sup> Todas as questões levantadas nesta parte do texto se referem ao currículo manifesto e ao currículo oculto (da cultura escolar).

<sup>9</sup> Esses princípios, segundo Menezes e Araújo (2007, p. 46), constituem-se também em “condição básica para que a contextualização supere o risco do reducionismo e do engessamento, e imprima nos currículos a capacidade atual e necessária de expressão e visibilidade dos conhecimentos e relações dos sujeitos situados num determinado contexto”.



No contexto brasileiro estas são apontadas por Candau e Sacavino (2010, p. 79-82):

- Desconstruir a visão do senso comum sobre os direitos humanos e construir ambientes educativos que respeitem e promovam os direitos humanos.
- Assumir uma concepção de direitos humanos e explicar o que se pretende atingir em cada situação concreta (para evitar a polissemia).
- Incorporar a visão de direitos humanos no currículo escolar e como um dos eixos norteadores dos projetos político-pedagógicos.
- Introduzir a educação em direitos humanos na formação inicial e continuada de educadores/as e estimular a produção de materiais de apoio.
- Articular políticas de igualdade e de reconhecimento das diferenças.

A partir desse mapeamento é possível perceber os pontos de intersecção nas duas realidades (latino-americana e brasileira) em relação aos desafios para superar estas tensões.

O conflito entre a EDH e o discurso oficial, como também a visão do senso comum sobre direitos humanos são elementos que continuam muito presentes e apresentam uma maior dificuldade de superação. O discurso oficial, que defende um amplo leque de interesses, na maior parte das vezes se contrapõe a essência crítica e questionadora da EDH. A visão do senso comum sobre direitos humanos, em geral, é distorcida e contrária a estes direitos, tendo sido construída por setores conservadores e antidemocráticos e se cristalizado no imaginário social de grande parte da opinião pública.

A polissemia de linguagens é outra questão fundamental a ser resolvida. As múltiplas concepções sobre EDH dão lugar a compreensões equivocadas e que acabam fundamentando um trabalho que não corresponde a esse tipo de educação. Pois a EDH vai além da transmissão de conhecimentos específicos sobre direitos humanos ou de atividades pontuais.

A prioridade para a educação instrumental nesse ambiente de neo-darwinismo social (Tedesco, 2010) e de capitalismo parasitário (Bauman, 2010) restringe as possibilidades de um processo educativo crítico e dialógico que conteste esse modelo e transforme a realidade. Por isso, o embate entre a educação instrumental e a EDH é constante.

Ao mesmo tempo, as carências estruturais e as carências teóricas e práticas dos/as docentes alimentam a dificuldade de incorporação da EDH no currículo, no projeto político pedagógico e na formação inicial e continuada.

### As perspectivas para a área

Para afrontar estes desafios e seguir no desenvolvimento articulado da EDH no conjunto dos países é preciso promover processos críticos e ativos que sejam permanentes e contribuam a transformar as atitudes das pessoas.

Dessa forma, a prática pedagógica que orienta a EDH deve fundamentar-se em um conjunto de saberes específicos necessários à prática do educador e da educadora em direitos humanos, definidos por Morgado (2001) como “saber docente dos direitos humanos”.

Estes saberes, por sua vez, devem ser trabalhados em consonância com os princípios gerais da EDH, identificados por Magendzo (2010). Para este autor a EDH é em essência uma *educação política* (formar pessoas comprometidas com a transformação da sociedade); deve ser uma *educação ético-valórica*; deve ser uma *educação contextualizada*; deve avançar de uma concepção normativo-jurídica para uma *posição pedagógica holística e integral*; deve contribuir para *consolidar a democracia e a paz*; e deve ser uma educação construtora do *sujeito de direito*.

As perspectivas para a afirmação da EDH têm-se ampliado nos últimos anos, especialmente no campo da educação formal, onde é possível destacar importantes instrumentos que possibilitam avançar na disseminação dos conteúdos relacionados com os direitos humanos e na socialização dos valores.

## Educação Básica

Na Educação Básica, a Proposta Curricular e Metodológica para incorporação da EDH na educação formal<sup>10</sup>, elaborada pelo Instituto Interamericano de Direitos Humanos, busca satisfazer uma necessidade dos países da região; já que existe uma carência teórico-metodológica e de conteúdos que orientem esse trabalho. Apesar de ter sido pensada para um público específico, como a proposta é ampla em sua fundamentação teórico-metodológica, pode ser aplicada a contextos nacionais diversos e potencialmente adaptada a outros grupos etários.

Documento técnico de conteúdos curriculares, que visa promover uma visão ampla, integradora e rigorosa na incorporação dos direitos humanos na educação formal, a proposta divide os fins da EDH em três âmbitos: a) ético – que se propõe a formar nos valores da natureza universal que fundamentam a dignidade e os direitos das pessoas; b) crítico – que busca formar na capacidade de análise e avaliação da realidade com os parâmetros baseados nos valores e normas dos DH; c) político – que pretende formar no compromisso ativo por modificar os aspectos da realidade que impedem a realização efetiva dos DH.

Em consonância com esses fins, a EDH deve desenvolver-se em um enfoque holístico, e seus conteúdos selecionados com base nos princípios da historicidade social, da reconstrução do conhecimento e da integração. Os conteúdos, por sua vez, devem organizar-se em três categorias:

- i) informação e conhecimento sobre direitos humanos e democracia;
- ii) valores que sustentam os princípios e a normativa dos direitos humanos e atitudes coerentes com esses valores;
- iii) capacidades para colocar em prática com eficácia os princípios dos DH e da democracia na vida diária.

Em relação ao contexto brasileiro, é necessário pontuar que em 2010 o Ministério da Educação incentivou e apoiou as Secretarias de Educação dos Estados na construção de Planos de Ação de Educação em Direitos Humanos para a Educação Básica. Essa ação teve como objetivo possibilitar à rede pública de ensino a inserção de uma perspectiva de educação centrada no respeito aos direitos humanos, de modo a favorecer a formação da cidadania ativa.

Em linhas gerais, os Planos se propõem a realizar uma educação baseada na formação humana e a desenvolver uma cultura de direitos humanos. Dirigida a um público de docentes, gestores/as, discentes e comunidade, três são os eixos principais dessa iniciativa: formação; currículo; materiais didáticos e pedagógicos.

Entre as atividades elencadas, que são comuns ao conjunto dos planos, se destacam: a implementação da EDH nas escolas públicas; a inserção dos direitos humanos como eixo integrante do currículo e dos projetos político-pedagógicos das escolas; e a formação em EDH dos/as profissionais da educação básica na rede estadual de educação.

Ao mesmo tempo em que os avanços se fazem presentes é preciso reconhecer que a quantidade e qualidade das ações até agora realizadas nos Estados variam de acordo com o grau de institucionalização disponível nas Secretarias de Educação e da vontade política de transformá-las em política pública. O que se traduz muito mais em ações individuais do que em um sistema articulado e orientado por uma política nacional.

### *Educação Superior*

No âmbito da Educação Superior, Salvioli (2009) assinala alternativas para incorporar a EDH nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, embora reconheça a dificuldade para que esta permeie de forma semelhante todos os espaços universitários. Além disso, ele chama atenção para o déficit na formação em EDH nas universidades, que tem como resultados uma falta de preparação ou uma preparação mínima no campo teórico e prático dos direitos

<sup>10</sup> A proposta está disponível em: <[http://iidh-webserver.iidh.ed.cr/multic/UserFiles/Biblioteca/IIDH/3\\_2010/52955b3a-27d0-4696-b482-52114fd61caa.pdf](http://iidh-webserver.iidh.ed.cr/multic/UserFiles/Biblioteca/IIDH/3_2010/52955b3a-27d0-4696-b482-52114fd61caa.pdf)>



humanos e a dissociação entre formação profissional e direitos humanos. Ambos conduzem, segundo Salvioli, ao exercício profissional tecnicista e sem valores.

Baseando sua análise em um estudo em universidades latino-americanas, o autor defende que

A função mais importante da universidade em um Estado de Direito consiste em potencializar os direitos humanos desde os espaços de pensamento, ensino, pesquisa, atividades de extensão e prática universitária, como contribuição da educação superior para o fortalecimento e o aprofundamento das democracias substanciais (SALVIOLI, 2009, p.42).

Esse estudo igualmente apontou os seguintes problemas na inserção dos direitos humanos na Educação Superior: a) dispersão da abordagem; b) apropriação desses conteúdos pelas ciências sociais e despreocupação por parte das ciências duras; c) olhar tendencioso sobre os direitos humanos e o ensino limitado a questões particulares; d) ausência de capacitação docente no tema; e) ausência de instâncias internas para trabalhar o tema, como institutos ou centros de direitos humanos (SALVIOLI, 2009, p.211-219).

Para superá-los ele sugere dois passos iniciais, que são, por um lado, um diagnóstico, com base em pesquisas de opinião sobre o funcionamento da convivência e participação no ambiente universitário; e, por outro, uma revisão curricular, que identifique o espaço dedicado aos conteúdos de direitos humanos em cada disciplina (SALVIOLI, 2009, p.91).

E na construção de um projeto de EDH para os cursos universitários de graduação e pós-graduação, Salvioli (2009, p.292-293) adverte que “para cada curso a disciplina de direitos humanos deverá ter um conteúdo curricular diferente, para evitar o erro de estabelecer uma disciplina idêntica em todas as faculdades”. Contudo, de acordo com o autor,

isso não significa que um mínimo comum se estabeleça: principalmente o conceito de direitos humanos, as características dos mesmos, os deveres do Estado em matéria de respeito e garantia, a identificação específica do conjunto de direitos e liberdades derivadas da dignidade humana, assim como das respectivas normas que os protegem.

No Brasil, as perspectivas de avançar nesse campo ampliam-se com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2012.

Normativa de caráter vinculante, as Diretrizes definem os objetivos, fundamentos da EDH que devem nortear o trabalho nas instituições de Educação Básica e Superior, centrando sua finalidade em uma formação ética, crítica e política. E estabelecem como princípios da EDH a dignidade humana, a democracia, o reconhecimento e a valorização das diversidades, a educação para a mudança e transformação social, o conhecimento na perspectiva interdisciplinar e transversal, e a sustentabilidade.

O documento igualmente orienta a forma como a inserção dos conhecimentos relacionados à EDH pode ser realizada:

- pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;
- como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;
- de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade. (Brasil, 2012, p.18)

No âmbito da Educação Superior, as Diretrizes destacam que as responsabilidades das instituições com a EDH “estão ligadas aos processos de construção de uma sociedade mais justa, pautada no respeito e promoção dos direitos humanos”. Como também que a inserção da EDH na Educação Superior “deve ser transversalizada em todas as esferas institucionais, abrangendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão” (Brasil, 2012, p.23).

## Conclusões

A EDH busca atuar na formação integral da pessoa, desenvolvendo sua condição de sujeito de direito. Por isso deve ser o eixo do processo educacional em qualquer sociedade que almeje viver em consonância com os preceitos democráticos.

Nesta direção a EDH vai se consolidando nos espaços formais e não formais, nos quais o processo de formação deve ser permanente, priorizando as mudanças de valores, de atitudes e crenças que favoreçam o respeito ao ser humano e consigam sua articulação com a realidade cotidiana e social das pessoas.

No Brasil e no conjunto de países latino-americanos a EDH foi avançando, apesar de muitas vezes as mudanças ocorrerem de forma gradual. Os aspectos normativos foram os que mais se expandiram, enquanto a presença nos currículos e materiais ainda indica desníveis e lacunas. Ao adentrar o campo formal, as dificuldades crescem, sobretudo, ao se discutir o papel da escola, da universidade, a construção do currículo e do projeto político-pedagógico.

Os desafios ainda são imensos, especialmente quando se identificam as tensões existentes para seu desenvolvimento, como a polissemia de linguagens, as carências estruturais, a ausência de articulação entre políticas de igualdade e de reconhecimento das diferenças, entre outras.

Mas as perspectivas também são amplas, em especial com a normativa, as políticas e os instrumentos existentes, a exemplo da Proposta Curricular e Metodológica para a EDH e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, ambas no campo do ensino formal.

Para que estas possibilidades se efetivem, o enfoque de trabalho deve passar pela abordagem multidimensional, para romper com as representações e percepções prévias e proporcionar as pessoas outro olhar sobre o qual assentar sua prática.

Nada mais adequado a uma educação que tem por missão ser um meio de consolidação de uma cultura democrática, permitindo o exercício e a vivência dos direitos para todas as pessoas.

## Referências

BELTRÁN GAOS, Mónica. La importancia de la educación en derechos humanos: especial referencia a América Latina. En: DURÁN, Manuel C.; Pérez Royo, Francisco J.; Urías Martínez, Joaquín; Terol Becerra, Manuel J. (Coord.). *Derecho constitucional para el siglo XXI: actas del VIII Congreso Iberoamericano de Derecho Constitucional*. Sevilla, 2006, v. 1, p. 2.011-2.028.

BAUMAN, Zygmunt. *Capitalismo parasitário*. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

BOBBIO, Norberto. *El futuro de la democracia*. Barcelona: Plaza & Janes Editores, 1985.

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: MEC/SEDH, 2006.

———. *Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos*. CNE/MEC, 2012.

CANDAU, Vera; ———. *Educar em direitos humanos*. Rio de Janeiro: D&P Ed., 2000. p. 36-48.

———. Educação em Direitos Humanos no Brasil: ideias-força e perspectivas de futuro. In: MAGENDZO, Abraham (Org.) *Pensamiento e ideas-fuerza de la educación en derechos humanos en Iberoamérica*. Santiago, Chile: OIE/Orealc/Unesco, 2010.

CANDAU, Vera; SACAVINO, Suzana Beatriz; MARANDINO, Martha; MACIEL, Andréa G. *Tecendo a cidadania: oficinas pedagógicas de direitos humanos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS, 2., 1993, Viena. *Declaração e Programa de Ação de Viena*. Viena, 1993.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE DERECHOS HUMANOS. *Informe Interamericano de la Educación en Derechos Humanos: un estudio en 19 países. Parte I, desarrollo normativo*. San José, IIDH, 2002.

———. *Propuesta curricular y metodológica para la incorporación de la educación en derechos humanos en la educación formal de niños y niñas entre 10 y 14 años de edad*. San José: IIDH, 2006.

MAGENDZO, Abraham. *Educación en derechos humanos: un desafío para los docentes de hoy*. Santiago, Chile: LOM Ediciones, 2006.

———. *La educación en derechos humanos en América Latina: una mirada de fin de siglo*. Costa Rica: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 1999.

———. (Org.). *Pensamiento e ideas-fuerza de la educación en derechos humanos en Iberoamérica*. Santiago, Chile: OIE/Orealc/Unesco, 2010.

MENEZES, Ana Célia; ARAÚJO, Lucineide. Currículo, contextualização e complexidade: espaço de interlocução de diferentes saberes. In: RESAB. *Currículo, contextualização e complexidade: elementos para se pensar a escola no semi-árido*. Juzeiro/Bahia: Selo Editorial RESAB, 2007. p. 33-47.

MORGADO, Patrícia. *Práticas pedagógicas e saberes docentes na educação em direitos humanos*. Rio de Janeiro, 2001. p. 1-16. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/25/patriciaimamorgadot04.rtf>>. Acesso em: 13 dez. 2006.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Assembléia Geral, 37., 2007, Panamá. *Encontro Interamericano de Ministros de Educação sobre Educação em Direitos Humanos: Ata de Panamá sobre a Educação em Direitos Humanos*. Panamá, 2007.

———. *Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais*: Protocolo de San Salvador. Assinado na Assembleia Geral da ONU, 18.º Período Ordinário de Sessões. El Salvador, 1988.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. *Proyecto revisado del plan de acción para la primera etapa (2005-2007) del Programa Mundial para la Educación en Derechos Humanos*. 2005.

PINI, Francisca e ADRIANO, Ana Livia. Fundamentos da Educação em Direitos Humanos. In: PINI, Francisca e MORAES, Célio (orgs.). *Educação, Participação Política e Direitos Humanos*. São Paulo, Editora Instituto Paulo Freire, 2011, pp. 15-29.

RAMÍREZ, Gloria. *Se acata pero no se cumple: La educación en derechos humanos desde la perspectiva latinoamericana ante las exigencias de la democracia: balance, retos y utopías*. Barcelona, España: Institut de Drets Humans de Catalunya, 2004. (Curs Drets Humans, 22). Disponível Em: <[http://www.diba.es/participacio/dretshumans/fitxers/formacio\\_gloriarramirez.pdf](http://www.diba.es/participacio/dretshumans/fitxers/formacio_gloriarramirez.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2010.

RODINO, Ana María. Progresos de la educación en derechos humanos en América Latina: balance de dos décadas (1990-2010). En: CURSO INTERDISCIPLINARIO EN DERECHOS HUMANOS: LA EDUCACIÓN EN DERECHOS HUMANOS, 28., 2010, San José, Costa Rica. San José, Costa Rica: IIDH, 2010.

SALVIOLI, Fabián. *La universidad y la educación en el siglo XXI: los derechos humanos como pilares de la nueva Reforma Universitaria*. San José, Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 2009.

SILVA, Tomas Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Aida Maria Monteiro. *Preparação, implementação e impacto do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Recife, mimeo, 2011, 10 p.

SILVA, Aida Maria Monteiro; TAVARES, Celma. El papel de la educación en derechos humanos en la formación de una ciudadanía activa. *Revista Interamericana de Educación para la Democracia*, v. 3, n. 1, p. 95-107, abr. 2010. Disponível em: <<http://scholarworks.iu.edu/journals/index.php/ried/article/view/619/715>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

SOUZA, Ivânia de. *A gestão do currículo escolar para o desenvolvimento humano sustentável do semi-árido brasileiro*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

TEDESCO, Juan Carlos. La educación en el marco del nuevo capitalismo. En: CURSO INTERDISCIPLINARIO EN DERECHOS HUMANOS: LA EDUCACIÓN EN DERECHOS HUMANOS, 28., 2010, San José, Costa Rica. San José, Costa Rica: IIDH, 2010.

